

# II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

## FEMINICÍDIOS E OUTRAS VIOLÊNCIAS: NARRATIVAS SOBRE MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E NÃO URBANAS

**Jaqueline Prazeres de Sena Lopes**

jaququesena@gmail.com

Universidade CEUMA. São Luís, Maranhão, Brasil.

**Izabelle Cristina da Silva Chain**

cristinaizabelly28@gmail.com

Universidade CEUMA. São Luís, Maranhão, Brasil.

**Beatriz dos Santos Estaropoli**

biaestaropoli@gmail.com

Universidade CEUMA. São Luís, Maranhão, Brasil.

**Annaly do Vale Ferreira**

adrianannaly1@gmail.com

Universidade CEUMA. São Luís, Maranhão, Brasil.

**RESUMO:** Este artigo analisa as diversas formas de violência de gênero, com foco no feminicídio, enfrentadas por mulheres de comunidades tradicionais e não urbanas, frequentemente excluídas das discussões sobre violência contra a mulher. Por meio de uma abordagem interseccional, considera-se a interação entre gênero, raça, classe social e cultura para compreender os fatores que perpetuam essas violências. Os dados foram coletados por meio de pesquisas de campo e questionários aplicados em redes sociais, incluindo participantes de diferentes etnias e níveis socioeconômicos. O estudo aponta a invisibilidade institucional e a carência de políticas públicas específicas como barreiras que agravam a vulnerabilidade dessas mulheres. Recomenda-se a criação de redes de apoio locais e a implementação de políticas adaptadas às particularidades dessas comunidades.

**Palavras-chave:** feminicídio, comunidades tradicionais, violência de gênero, políticas públicas, invisibilidade institucional.

## **FEMINICIDES AND OTHER VIOLENCES: NARRATIVES ABOUT WOMEN FROM TRADITIONAL AND NON-URBAN COMMUNITIES**

**ABSTRACT:** This article analyzes the various forms of gender violence, focusing on femicide, experienced by women from traditional and non-urban communities, often excluded from discussions about violence against women. Through an intersectional approach, it considers the interaction between gender, race, social class, and culture to understand the factors that perpetuate these violences. Data were collected through field research and questionnaires distributed on social media, including participants from different ethnicities and socioeconomic levels. The study highlights institutional invisibility and the lack of specific public policies as barriers that exacerbate these women's vulnerability. It recommends creating local support networks and implementing policies adapted to the particularities of these communities.

**Keywords:** femicide, traditional communities, gender violence, public policies, institutional invisibility.

### **INTRODUÇÃO**

A violência contra as mulheres, em todas as suas formas, constitui uma grave violação de direitos humanos e reflete um desequilíbrio de poder que se entrelaça com outros fatores estruturais de opressão, como raça, classe e cultura. Em comunidades tradicionais e não urbanas — a exemplo de quilombolas, indígenas e ribeirinhas —, essa violência assume contornos especialmente preocupantes. Essas comunidades, frequentemente invisibilizadas por políticas públicas e negligenciadas nos debates midiáticos, sofrem os efeitos de sistemas patriarcais que, somados à marginalização pelo sistema de justiça e pelas organizações sociais, amplificam a vulnerabilidade das mulheres e dificultam suas possibilidades de resistência e proteção.

O tema “Feminicídios e outras violências: narrativas sobre mulheres de comunidades tradicionais e não urbanas” busca expor a invisibilidade dessas práticas violentas, ao mesmo

tempo em que aponta para a necessidade de ações que considerem as singularidades culturais, sociais e

geográficas desses grupos. Esta pesquisa adota uma abordagem interseccional e multidisciplinar, explorando como a pobreza, o isolamento geográfico e a discriminação racial potencializam a exclusão social dessas mulheres, perpetuando ciclos de violência e silenciamento. Além disso, destaca-se a ausência de dados confiáveis sobre feminicídios nesses contextos, o que compromete a elaboração de estratégias efetivas de enfrentamento.

A proposta deste trabalho é realizar uma análise aprofundada com o objetivo de ampliar os debates sobre a violência contra mulheres em áreas rurais e não metropolitanas. Pretende-se discutir os desafios estruturais enfrentados no cotidiano dessas mulheres, as estratégias de resistência desenvolvidas por elas e a urgência de políticas públicas sensíveis às especificidades locais. Por meio dessa análise, busca-se contribuir para uma agenda de direitos humanos que promova maior visibilidade, inclusão e justiça social.

Ao longo deste artigo, também são indicadas lacunas que precisam ser abordadas para interromper os ciclos de violência e desigualdade que sustentam a realidade dessas comunidades. Dessa forma, o estudo visa não apenas mapear problemas, mas também inspirar transformações, fornecendo subsídios para uma nova perspectiva em que essas narrativas se tornem fundamentais na construção de um futuro mais igualitário e justo.

## **1. METODOLOGIA**

Esta pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de garantir uma análise abrangente e profunda sobre o tema investigado. A escolha por essa abordagem visa capturar a complexidade do fenômeno estudado, considerando tanto as dimensões subjetivas e culturais, próprias da experiência humana, quanto a necessidade de mensuração objetiva dos dados. O uso de métodos diversos permite não só a coleta de dados amplos e representativos, mas também uma interpretação rica e contextualizada, levando em consideração as múltiplas perspectivas que se entrelaçam no cenário da violência de gênero.

Para alcançar esses objetivos, foram empregados os seguintes instrumentos e técnicas:

- **Questionários:** A pesquisa utilizou questionários estruturados, desenvolvidos de maneira a captar informações detalhadas sobre as percepções e experiências dos participantes em relação à violência de gênero. Os questionários foram distribuídos de forma online, o que possibilitou um alcance maior e a inclusão de uma amostra mais diversificada, representando diferentes faixas etárias, etnias, gêneros e localizações geográficas. Essa abordagem ampliou o alcance da pesquisa, garantindo uma maior representatividade da população estudada e permitindo a análise de dados provenientes de diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

Os questionários foram compostos por perguntas fechadas, com opções pré-determinadas que possibilitaram a análise quantitativa das respostas, e perguntas abertas, que possibilitaram a coleta de insights qualitativos, revelando as nuances e experiências individuais dos respondentes. As perguntas abertas permitiram uma abordagem mais profunda das motivações, percepções e sentimentos dos participantes, refletindo a complexidade das vivências relacionadas à violência de gênero. A combinação entre essas duas formas de perguntas proporcionou um equilíbrio entre a objetividade dos dados numéricos e a subjetividade das experiências relatadas.

Além disso, a aplicação online dos questionários possibilitou um grau de anonimato para os respondentes, essencial para a coleta de dados sobre um tema sensível, como a violência de gênero. O anonimato foi fundamental para garantir que os participantes se sentissem mais seguros e à vontade para compartilhar suas experiências e opiniões sem receio de retaliações ou julgamentos. A plataforma online também permitiu um maior controle sobre a amostra, uma vez que o formato digital possibilitou o acompanhamento em tempo real do número de respostas e a análise preliminar dos dados.

- **Análise documental:** Outra técnica fundamental adotada na pesquisa foi a análise documental, com o objetivo de complementar os dados coletados por meio dos questionários e fornecer uma base teórica sólida para a interpretação dos resultados. A revisão documental envolveu o estudo de uma vasta gama de fontes, incluindo artigos acadêmicos, relatórios institucionais, publicações de organismos internacionais e documentos legais que abordam a violência de gênero. Essas fontes foram selecionadas de forma a oferecer uma visão abrangente sobre o tema, incluindo tanto materiais históricos quanto contemporâneos.

Particular atenção foi dada aos estudos nacionais, especialmente aqueles que discutem as particularidades culturais, sociais e legais que permeiam a violência contra as mulheres em contextos específicos, como as comunidades tradicionais e não urbanas. A análise desses documentos permitiu identificar lacunas nas políticas públicas existentes, refletir sobre os desafios estruturais enfrentados por essas mulheres e compreender as especificidades regionais e culturais que influenciam tanto a ocorrência quanto o enfrentamento da violência de gênero.

Além disso, foram consideradas publicações de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que abordam a questão da violência de gênero de uma perspectiva global e oferecem diretrizes e recomendações para a criação de políticas públicas e estratégias de prevenção. Essas publicações foram cruciais para compreender as tendências globais e as melhores práticas adotadas em diferentes partes do mundo para combater a violência contra as mulheres. A triangulação entre as fontes acadêmicas, os relatórios institucionais e os documentos internacionais proporcionaram uma análise mais robusta e fundamentada dos dados coletados.

Essa abordagem metodológica, que combina questionários online com uma análise documental detalhada, permitiu não apenas a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, mas também uma análise profunda dos contextos históricos, sociais e culturais que envolvem a violência de gênero. Ao integrar essas duas metodologias, a pesquisa foi capaz de captar a complexidade do tema e propor soluções mais eficazes e direcionadas para a redução da violência contra as mulheres, com foco nas especificidades das comunidades tradicionais e não urbanas.

Ao longo da análise, foi possível identificar diferentes formas de violência que afetam essas mulheres e as barreiras institucionais que dificultam o acesso a serviços de proteção e justiça. A metodologia adotada também permitiu refletir sobre a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes, que considerem as especificidades culturais, sociais e geográficas dessas comunidades. A pesquisa, portanto, não só mapeou as manifestações de violência, mas também apresentou uma visão mais ampla sobre os desafios enfrentados pelas mulheres dessas comunidades e propôs alternativas de intervenção baseadas em suas realidades concretas.

## 2. ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência contra as mulheres é um fenômeno multifacetado e persistente, que se manifesta de diversas formas e em diferentes contextos. A análise da violência de gênero exige uma abordagem abrangente, que considere as distintas dimensões da opressão vivida pelas mulheres, suas raízes históricas, culturais e sociais, além das políticas públicas existentes (ou sua ausência). Este capítulo visa explorar os diferentes tipos de violência enfrentados pelas mulheres, os fatores socioculturais que perpetuam essa violência e as lacunas nas políticas institucionais que agravam a situação dessas mulheres.

### 2.1. Diferentes tipos de violência enfrentados pelas mulheres

As mulheres são sujeitas a uma série de formas de violência, muitas vezes sobrepondo-se e agravando os impactos em suas vidas. A violência contra as mulheres não se limita a um único tipo de agressão, mas abrange um conjunto de práticas que comprometem sua integridade física, psicológica, econômica e social. Os principais tipos de violência enfrentados pelas mulheres são:

- **Violência física:** Caracteriza-se por agressões corporais que atingem o corpo da mulher, sendo a forma mais visível de violência. Frequentemente associada a contextos domésticos, a violência física ocorre principalmente dentro de relações íntimas, onde o agressor é uma pessoa próxima à vítima. Dados estatísticos indicam que a maior parte das agressões físicas contra mulheres acontece no ambiente familiar, revelando a intimidade da violência e a dificuldade de identificar e enfrentar o problema.
- **Violência psicológica:** Esta forma de violência manifesta-se por meio de controle, humilhação, intimidação, manipulação emocional e ameaças. Embora não deixe marcas visíveis no corpo da mulher, a violência psicológica tem efeitos duradouros na saúde mental, como o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e baixa autoestima. Em muitos casos, a violência psicológica antecede outros tipos de agressão, sendo um precursor de agressões físicas e até mesmo da violência sexual.

- **Violência sexual:** A violência sexual engloba uma série de abusos, que vão desde o assédio até o estupro e a exploração sexual. Essa forma de violência é particularmente agravada pela falta de suporte jurídico adequado, pelos tabus culturais e pelo estigma enfrentado pelas vítimas ao buscar ajuda. A sociedade frequentemente revitimiza a mulher, responsabilizando-a pela agressão sofrida e dificultando o processo de denúncia e recuperação.
- **Violência patrimonial e moral:** A violência patrimonial refere-se à apropriação indevida ou destruição dos bens materiais e recursos econômicos da mulher, enquanto a violência moral envolve a desvalorização pública de sua reputação. Ambas perpetuam a exclusão financeira e a desigualdade econômica, limitando a autonomia da mulher e sua capacidade de tomar decisões sobre sua vida e seus recursos.

## 2.2. Contexto sociocultural e patriarcado

O patriarcado, entendido como um sistema de dominação masculina, está profundamente enraizado nas normas culturais e sociais que atribuem ao homem o papel de chefe da família e à mulher um lugar submisso. Essa estrutura social não só perpetua a desigualdade de gênero, mas também reforça as práticas violentas contra as mulheres. A manutenção do patriarcado sustenta as relações desiguais entre os sexos e contribui para a normalização da violência de gênero em várias culturas.

No Brasil, a herança do colonialismo e o racismo estrutural agravam ainda mais a vulnerabilidade das mulheres de comunidades tradicionais, como as quilombolas. Essas mulheres enfrentam múltiplas opressões, sendo marginalizadas tanto pela sua condição de gênero quanto pela sua origem étnico-racial. A discriminação dupla – de gênero e racial – limita seu acesso a direitos básicos, como educação, saúde e segurança, tornando-as ainda mais suscetíveis à violência. Além disso, essa dupla discriminação impede que elas desfrutem da proteção legal e social que deveria ser garantida a todas as mulheres.

## 2.3. Invisibilidade institucional

A precariedade das políticas públicas voltadas para as mulheres em comunidades não urbanas e tradicionais reforça a invisibilidade institucional que agrava a situação de violência contra as mulheres. Embora haja avanços legislativos importantes, como a Lei Maria da Penha, muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades em acessar serviços de proteção e assistência. Alguns dos principais problemas enfrentados por essas mulheres incluem:

- **Serviços de apoio limitados:** Delegacias especializadas, centros de acolhimento e linhas de apoio à mulher são inexistentes ou insuficientes em áreas rurais e comunidades tradicionais. A escassez de serviços especializados dificulta o atendimento às vítimas de violência, que ficam sem opções adequadas de acolhimento e assistência legal.
- **Dificuldade de acesso:** As mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras geográficas, financeiras e culturais para acessar abrigos, assistência jurídica e cuidados de saúde.

O isolamento geográfico e a falta de transporte adequado, por exemplo, tornam ainda mais difícil a busca por ajuda em áreas rurais e comunidades periféricas.

- **Desinformação:** A falta de campanhas educativas voltadas para essas comunidades dificulta o reconhecimento das violências sofridas pelas mulheres e o acesso a seus direitos. Muitas mulheres não sabem a quem recorrer em casos de abuso ou violência, o que reforça a invisibilidade da violência doméstica e sexual, tornando-a ainda mais difícil de ser combatida.

### 3. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

A implementação de medidas eficazes para combater a violência contra as mulheres em comunidades tradicionais exige a criação de políticas públicas que sejam sensíveis às especificidades locais, além de estratégias de empoderamento e participação ativa das mulheres nas decisões que impactam suas vidas. Este capítulo apresenta propostas de intervenção divididas em três áreas principais: adaptação das políticas públicas, educação e empoderamento, e participação comunitária.



### 3.1. Políticas públicas adaptadas

A efetividade das políticas públicas voltadas para a violência contra as mulheres em comunidades tradicionais depende de uma adaptação às suas particularidades culturais, sociais e econômicas. Abaixo estão algumas propostas para atender melhor essas comunidades:

- **Programas específicos para comunidades tradicionais:** A implementação de políticas públicas deve considerar as particularidades culturais, sociais e econômicas das comunidades não urbanas. Programas adaptados às realidades de comunidades quilombolas, indígenas e rurais são essenciais para garantir que as mulheres recebam o suporte adequado. A criação de estratégias que integrem a diversidade cultural e as condições locais pode resultar em maior eficácia na aplicação dos direitos das mulheres.
- **Expansão de serviços de proteção:** A criação de delegacias especializadas em áreas rurais, centros de acolhimento e linhas de atendimento específicas para mulheres em comunidades tradicionais é fundamental. Esses serviços devem estar disponíveis e acessíveis para as mulheres que enfrentam dificuldades geográficas, econômicas e culturais, garantindo a proteção e o apoio adequado quando necessário. **Inclusão de mulheres quilombolas nos programas de assistência:** As mulheres quilombolas enfrentam desafios específicos relacionados à sua identidade de gênero, raça e território. A inclusão dessas mulheres nos programas de assistência social e de saúde, com ações que considerem essas especificidades, é fundamental para atender de forma eficaz as demandas dessas populações. O reconhecimento de suas particularidades permite que políticas públicas mais assertivas sejam desenhadas, garantindo acesso igualitário a direitos e serviços.

### 3.2. Educação e empoderamento

A educação e o empoderamento das mulheres são instrumentos cruciais para quebrar o ciclo de violência e promover sua autonomia. Abaixo estão algumas sugestões para fortalecer o empoderamento feminino em comunidades tradicionais:

- **Conscientização sobre direitos:** A implementação de campanhas educativas que promovam o conhecimento dos direitos das mulheres e incentivem o rompimento do ciclo de violência é essencial. Essas campanhas devem ser adaptadas ao contexto cultural e linguístico

das comunidades, a fim de garantir que as mulheres compreendam os recursos legais e sociais disponíveis e saibam como utilizá-los.

- **Educação formal e profissionalizante:** A oferta de cursos e programas de capacitação profissional para mulheres, com foco no mercado de trabalho, fortalece sua independência financeira. Além disso, essas iniciativas também podem proporcionar uma maior autoestima e contribuir para a sua autonomia dentro da comunidade, ajudando a reduzir a vulnerabilidade à violência.
- **Programas de empoderamento comunitário:** Atividades voltadas para o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento de habilidades sociais e políticas são importantes para capacitar as mulheres a assumirem papéis de liderança em suas comunidades. O empoderamento feminino em nível local pode gerar uma transformação significativa na maneira como as mulheres se percebem e se posicionam socialmente.

### 3.3. Participação comunitária

A participação ativa das mulheres nas decisões comunitárias e na criação de soluções para a violência é essencial para promover mudanças duradouras. As propostas de intervenção nesta área incluem:

- **Lideranças femininas:** A inclusão das mulheres quilombolas em fóruns de discussão, planejamento e implementação de políticas públicas é uma forma de garantir representatividade e legitimidade nas decisões que afetam diretamente suas vidas. Garantir que as mulheres tenham voz nas esferas políticas e comunitárias é crucial para a criação de soluções que atendam às suas reais necessidades.
- **Redes de apoio:** Incentivar a formação de redes comunitárias de apoio mútuo entre as mulheres é uma estratégia eficaz para o enfrentamento da violência. Essas redes proporcionam um espaço seguro para as mulheres compartilharem experiências, buscarem ajuda e desenvolverem estratégias coletivas para lidar com os desafios que enfrentam, criando um ambiente de solidariedade e suporte.
- **Parcerias com organizações locais:** A colaboração entre o poder público, ONGs e associações comunitárias é fundamental para a construção de soluções sustentáveis e eficazes.

A criação de parcerias que envolvam esses diferentes atores sociais pode promover um apoio mais estruturado e abrangente, tanto para a prevenção quanto para a intervenção em casos de violência contra as mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou aprofundar a compreensão sobre a violência contra as mulheres em comunidades tradicionais e não urbanas, com foco nas especificidades das populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas. A pesquisa evidenciou a interseção de múltiplos fatores de opressão, como raça, classe, cultura e gênero, que agravam as condições de vulnerabilidade dessas mulheres e perpetuam ciclos de violência invisíveis ou minimizados pelo sistema institucional e pelas políticas públicas.

Os dados analisados, oriundos de questionários e análise documental, confirmaram que a violência contra as mulheres em contextos rurais e tradicionais assume formas diversas, como violência física, psicológica, sexual e patrimonial. Essas violências, frequentemente associadas a relações de poder desiguais e a um modelo patriarcal arraigado, tornam-se ainda mais graves em comunidades marginalizadas, onde as barreiras culturais, geográficas e econômicas limitam o acesso a direitos básicos e serviços de proteção.

A invisibilidade dessas violências no cenário institucional e social, associada à falta de dados confiáveis, reforça a exclusão dessas mulheres, dificultando a criação de políticas públicas eficazes para enfrentamento do feminicídio e outras formas de agressão. A pesquisa também identificou a escassez de serviços especializados, como delegacias e centros de acolhimento, nas áreas rurais, além da desinformação prevalente, que impede o reconhecimento das violências sofridas e o acesso aos direitos das mulheres.

Com base nesses achados, este estudo propôs a implementação de políticas públicas adaptadas às realidades culturais e sociais dessas comunidades. A criação de programas específicos, como a expansão de serviços de proteção e a inclusão das mulheres quilombolas nos programas de assistência, são essenciais para garantir a efetividade das ações de combate à violência. Além disso, é urgente o desenvolvimento de ações de conscientização e empoderamento, como campanhas educativas e programas de educação formal e profissionalizante, que proporcionem autonomia financeira e fortaleçam a resistência das mulheres.

A participação comunitária também se mostrou um elemento crucial, destacando a importância de incluir mulheres dessas comunidades nos processos de tomada de decisão e planejamento das políticas públicas. A formação de redes de apoio mútuo entre as mulheres e a colaboração entre ONGs, organizações locais e o poder público são fundamentais para garantir a sustentabilidade e a efetividade das ações.

Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de dar visibilidade às narrativas dessas mulheres, para que suas histórias e vivências possam ser reconhecidas e respeitadas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária. A transformação desse cenário requer um compromisso contínuo com os direitos humanos, que assegure a proteção, o empoderamento e a justiça social para as mulheres em comunidades tradicionais e não urbanas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 30 nov. 2024.
- DIAS, Vercilene. *Mulheres quilombolas lutam contra violência de gênero nos territórios*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- LUCAS, Ana Carolina. *Feminicídio é o segundo principal fator de morte entre quilombolas*. Conaq e Terra de Direitos. Disponível em: <https://www.conaq.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- ONU MULHERES. *ONU alerta para a violência contra as mulheres nas comunidades rurais*. Disponível em: <https://www.unwomen.org>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- STOCHERO, Luciane; PINTO, Liana Wernersbach. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- MENDES, Soraia da Rosa. *Feminicídio do estado*. São Paulo: Blucher, 2015.
- DATASUS. *Indicadores de violência contra mulheres no Brasil, 2022*. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2024.